

**PROCESSO** - A.I. Nº 206825.0004/01-1  
**RECORRENTE** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECORRIDO** - TAMBA COMÉRCIO DE COUROS E DECORAÇÕES LTDA.  
**RECURSO** - RECURSO DE OFÍCIO – Acórdão 2ª JJF nº 0172-02/02  
**ORIGEM** - INFAZ IGUATEMI  
**INTERNET** - 15.08.02

**1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL**

**ACÓRDÃO CJF Nº 0294-11/02**

**EMENTA:** ICMS. CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA. FALTA DE EXIBIÇÃO DO DOCUMENTO FISCAL COMPROBATÓRIO DO DIREITO AO CRÉDITO. Ficou comprovada a legitimidade dos créditos, conforme diligência fiscal efetuada. Entretanto, houve cometimento de infração à obrigação acessória vinculada à imputação. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

**RELATÓRIO**

Trata-se de um Recurso de Ofício nos termos do art. 169, inciso I, alínea “a”, item 1, do RPAF/99, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, alterado pelo Decreto nº 7.851/99, contra Decisão que julgou procedente em parte o Auto de Infração lavrado para reclamar as seguintes irregularidades:

1. Utilização indevida de créditos fiscais de ICMS, por falta de apresentação dos competentes documentos comprobatórios do direito aos referidos créditos, lançados em 1999 e 2000.
2. Falta de recolhimento do ICMS nos prazos regulamentares referentes a operações escrituradas nos livros fiscais próprios, relativamente aos meses de julho, agosto e outubro de 2000.
3. Recolhimento de ICMS efetuado a menos, em decorrência de desencontro entre o valor do imposto recolhido e o escriturado no livro Registro de Apuração do ICMS, referente ao mês 09/2000.
4. Deixou de recolher, nos prazos regulamentares, ICMS referente às operações não escrituradas nos livros fiscais próprios, em janeiro de 2001.

O Auto de Infração foi julgado procedente em parte, tendo o Relator da 2ª JJF apresentado os seguintes fundamentos:

“A infração 1 se refere a créditos fiscais de ICMS considerados indevidos pelo autuante, por falta de apresentação dos competentes documentos comprobatórios do direito aos referidos créditos, lançados nos exercícios de 1999 e 2000.

De acordo com as alegações defensivas, o autuante não concedeu prazo suficiente para a empresa organizar e exibir os documentos fiscais que existem e comprovam o direito ao crédito, apresentando xerocópias de documentos fiscais referentes a parte dos créditos considerados indevidos.

A legislação prevê que o direito ao uso do crédito fiscal relativo as mercadorias recebidas, para efeito de compensação com o débito do imposto, é condicionado a que essas mercadorias recebidas pelo contribuinte tenham sido acompanhadas de documento fiscal idôneo, no qual conste o destaque do imposto anteriormente cobrado, emitido por contribuinte em situação regular perante o fisco (art. 91, do RICMS/97).

De acordo com as intimações de fls. 7, 9 e 11, foi solicitada ao contribuinte a apresentação de livros e documentos fiscais comprobatórios de suas operações, e não houve atendimento integral com a exibição de todos os elementos solicitados. Por isso, os créditos fiscais não foram comprovados, sendo considerados indevidos os valores lançados em 1999 e 2000.

O PAF foi convertido em diligência à ASTEC para fiscal estranho ao feito apurar a existência dos documentos relativos aos créditos fiscais, avaliando a legitimidade, e fazer as necessárias deduções correspondentes aos valores efetivamente comprovados.

De acordo com o Parecer ASTEC nº 0256/2001 de fls. 648/649, foi informado pelo preposto encarregado de fazer a revisão fiscal, que a documentação que deu suporte aos créditos fiscais existe e as operações foram registradas nos livros fiscais próprios, que os documentos apresentam características de fidedignidade, não tendo sido identificado qualquer emenda, rasura, distorção gráfica ou sinais de montagem. Por isso, o diligente atestou que os créditos fiscais no valor total de R\$39.390,67, utilizados pelo contribuinte, estão respaldados em documentos fiscais devidamente registrados.

Intimado a tomar conhecimento quanto ao resultado do Parecer ASTEC, de acordo com o Aviso de Recebimento de fl. 679, não houve qualquer pronunciamento pelo autuado.

O autuante apresentou informação fiscal em relação ao Parecer ASTEC, ressaltando que a apuração somente poderia ser feita com a apresentação de documentos fiscais, que tem certeza de que desempenhou o seu papel, e que só resta aguardar o julgamento, decidindo ou não pela redução do valor apontado pela revisão fiscal.

Observo que o contribuinte não apresentou os documentos fiscais no prazo regulamentar, nem justificou, embora regularmente intimado pelo autuante, conforme Termo de fls. 7, 9 e 11 dos autos.

Entendo que os créditos foram devidamente comprovados com a apresentação dos correspondentes documentos fiscais, conforme Parecer ASTEC, fls. 648/649. Entretanto, constata-se que houve descumprimento de obrigação acessória pelo autuado, quando deixou de exibir documentos fiscais solicitados pela fiscalização através de regular intimação, e de acordo com o art. 157, do RPAF/99, no caso de insubsistência de infração quanto à obrigação principal, sendo comprovado o cometimento de infração a obrigação acessória, é cabível aplicação de multa. Por isso, entendo que é devida a multa de R\$560,00, conforme previsto no art. 42, inciso XX, alíneas “a”, “b” e “c”, da Lei nº 7.014/96, alterada pela Lei nº 7.753/00.

Assim, embora tenha sido elidida a exigência do imposto neste item do Auto de Infração, houve cometimento de infração à obrigação acessória vinculada à imputação, sendo devida a multa correspondente, conforme já comentado.

As infrações 2, 3 e 4 não foram contestadas pelo contribuinte, sendo informado nas alegações defensivas que o autuado reconheceu o “*quantum*” apurado. Assim, considero procedentes estes itens da autuação fiscal, haja vista que não existe controvérsia, sendo acatados pelo contribuinte.

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração”.

## VOTO

Este Recurso de Ofício tem como objeto apenas o item 1 do Auto de Infração que reclama utilização indevida de créditos fiscais de ICMS, por falta de apresentação dos competentes documentos comprobatórios do direito aos referidos créditos, lançados em 1999 e 2000.

Ao analisar a parcela sucumbente pelo Estado verifica-se que o julgamento realizado pela 2ª JJF está correto, pois, afasta a glosa de crédito fiscais que são devidos, pois, diligência efetuada por fiscal estranho ao feito da ASTEC, constatou a existência e legitimidade dos documentos que dão suporte ao crédito utilizado pelo contribuinte, estando, inclusive, tais documentos devidamente registrados.

Correta também a alteração da infração em multa pois, ao se afastar a utilização indevida dos créditos comprova-se que o contribuinte descumpriu obrigação acessória, quando deixou de exibir documentos fiscais solicitados pela fiscalização através de regular intimação,

Pelo exposto, NEGOU PROVIMENTO ao Recurso de Ofício, mantendo-se a Decisão de 1ª Instância pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração de acordo com o art. 157, do RPAF/99, onde se prevê que, no caso de insubsistência de infração quanto à obrigação principal, sendo comprovado o cometimento de infração a obrigação acessória, é cabível aplicação de multa. Portanto é devida a multa de R\$560,00, conforme art. 42, inciso XX, alíneas “a”, “b” e “c”, da Lei nº 7.014/96, alterada pela Lei nº 7.753/00 .

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Ofício apresentado e homologar a Decisão Recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **206825.0004/01-1**, lavrado contra **TAMBA COMÉRCIO DE COUROS E DECORAÇÕES LTDA.**, devendo ser intimado o recorrido para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$12.986,16**, sendo R\$12.171,24, atualizado monetariamente, acrescido das multas de 50% sobre R\$8.807,53 e 60% sobre R\$3.363,71, previstas no art. 42, I, “a” e II, “a”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios correspondentes, e de R\$814,92, acrescido da multa de 70%, prevista no art. 42, III, da referida lei, e demais acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 23 de julho de 2002.

ANTONIO FERREIRA DE FREITAS- PRESIDENTE

VERBENA MATOS ARAÚJO - RELATORA

SYLVIA MARIA AMOÊDO CAVALCANTE - REPR.DA PROFUZ